

Mulheres em acção: Prevenindo a Violência Armada

Notícias da Rede

- RDC: Workshop sobre marcação e registo de armas
- Género e missões de manutenção de paz
- Checklist de monitorização da Resolução 1325
- Do conhecimento à acção: Tratado sobre Comércio de Armas
- OSCE: Mulheres e controlo de armas
- Resoluções 1325 e 1820: Indicadores
- África do Sul: Desarmar a violência doméstica

Foco especial: Os 16 Dias de Activismo Contra a Violência de Género

Canadá: 20º aniversário do massacre de Montreal

Anúncios Eventos Recursos



Boletim N. 21, Janeiro de 2010

A caminho da capacitação das mulheres: o primeiro curso de formação sobre mulheres e controlo de armas ligeiras

A Rede de Mulheres da IANSA no continente africano participou no primeiro curso de formação exclusivamente para mulheres sobre mulheres e armas ligeiras de 2-4 Dezembro de 2009 em Addis Abeba, Etiópia.

Mulheres do Burundi, Camarões, Etiópia, Quênia, Libéria, Malawi, África do Sul, Suécia e Uganda participaram num curso intensivo de três dias sobre mulheres e controlo de armas ligeiras. As sessões versaram sobre os seguintes temas: as dimensões de género da posse e uso de armas ligeiras; instrumentos internacionais e regionais de controlo de armas; o processo das Nações Unidas sobre armas ligeiras; o Tratado sobre o Comércio de Armas; legislação nacional sobre armas e munições; comissões nacionais de controlo de armas ligeiras; e Reforma do Sector de Segurança (RSS).

Organizado pela Swedish Fellowship for Reconciliation (SweFOR) e pela Rede de Mulheres da IANSA, o curso de formação foi financiado pela Folke Bernadotte Academy, uma agência governamental sueca dedicada a melhorar a qualidade e eficácia da gestão de conflitos internacionais e de crises. O objectivo do curso foi promover a criação de capacidades neste domínio, o aumento da participação e impacto das mulheres no movimento global contra a violência armada e o reforço da visibilidade da questão das armas de fogo no seio do movimento internacional pelos direitos das mulheres.

O objectivo da formação destinada exclusivamente a mulheres prende-se com a criação de um espaço de aprendizagem seguro, que estimule a pertença e a criação de comunidades de interesse e prepare as participantes para passar o seu conhecimento para outras



No sentido dos ponteiros do relógio a partir da última fila: Marren Akatsa-Bukachi, EASSI, Uganda; Beatrice N Joe, LUEHW, Libéria; Céline Siro, FECCLAHA, Burundi/Quênia; Judy Waruhiu, Quênia; Laura Pollecutt, Ceasefire Campaign, África do Sul; Rosa Kihara, DICAC, Etiópia; Grace Tukaheebwa, CECORE, Uganda; Helena Koumi, SweFOR, Suécia; Sarah Masters, IANSA; Justine Kwachu, WAA Cameroon, Camarões; Caroline Mvalo Chisi, CECOWDA, Malawi; Gunilla Wahlen, Suécia.

mulheres, uma vez que cada participante tornar-se-á, depois da formação, uma formadora habilitada sobre armas ligeiras e género.

O curriculum e os materiais utilizados derivam do conhecimento e experiência da IANSA no domínio do controlo de armas e em particular da Rede de Mulheres, bem como do conhecimento da SweFOR no apoio à construção de capacidades de organizações locais e trabalho com parlamentares e outras autoridades políticas. Os materiais de formação consistem num guia de formador e formando, em formato

modular, de forma a poder ser utilizado em sessões individuais, bem como em grupo.

A IANSA e SweFOR estão dedicadas à promoção dos direitos humanos das mulheres e enfatizam a construção de capacidades e trabalho de rede como instrumentos estratégicos para a mobilização eficaz e promoção do envolvimento de mulheres no campo do controlo de armas ligeiras. Juntos, pretendemos organizar mais formações em outras regiões do mundo e em outras línguas.

Notícias da Rede

RDC: Workshop sobre marcação e registo de armas ligeiras

A Rede de Mulheres da IANSA na República Democrática do Congo participou conjuntamente com a polícia, o exército e outros membros da sociedade civil num workshop sobre marcação de armas, que teve lugar em Kinshasa, de 25-27 de Novembro de 2009.

Organizado pela Comissão Nacional de Armas Ligeiras e pelo Centro Regional sobre Armas de Pequeno Porte e Ligeiras (RECSA), o workshop ensinou os participantes a marcar, rastrear e manter registos sobre armas de pequeno porte e armamento ligeiro.

Actualmente, as capacidades de rastreamento de fluxos de armas por

parte dos Estados é muito limitada. Por isso, é necessária uma abordagem global tendo em vista o estabelecimento de normas internacionalmente aceites, incluindo um sistema universal e fiável de marcação de armas, registos nacionais centralizados sobre transferências nacionais e internacionais e o reforço das capacidades e cooperação entre agências.

Durante o workshop, o RECSA ofereceu ao governo congolês duas máquinas electrónicas de marcação de armas ligeiras, ao que se seguiu uma sessão de formação sobre o uso do equipamento, visando facilitar o início do processo de marcação.

Para mais informações, ver: www.recsa.org



Género e missões de manutenção de paz das Nações Unidas

Nos dias 1 e 2 de Dezembro de 2009, os membros da Rede IANSA integraram o grupo de peritos que reuniu nas Nações Unidas para discutir as perspectivas de género no seio dos componentes militares das missões de manutenção da paz da Organização das Nações Unidas.



O workshop, organizado pela Secção de Género do Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (DPKO), discutiu a importância do mandato sobre mulheres, paz e segurança no trabalho do pessoal militar das operações de manutenção da paz das Nações Unidas.

A Red de Seguridad y Defensa de America Latina (RESDAL), um membro da Rede IANSA na Argentina, foi convidada a apresentar os resultados do projecto "Mulheres e Forças Armadas na América Latina e Caraíbas: uma perspectiva de género sobre as operações de paz". Para mais informações, ver: www.resdal.org.ar

Boletim da Rede de Mulheres da IANSA, disponível em inglês, francês, espanhol e português. Compilado e editado pela coordenadora da Rede de Mulheres da IANSA: Sarah Masters.

Tradução: Observatório Género e Violência Armada, Núcleo de Estudos para a Paz, Centro de Estudos Sociais, Portugal.

Impresso pela The Russell Press, Reino Unido.

Checklist de monitorização da 1325

No dia 3 de Dezembro de 2009, Nounou Booto Meeti, do Secretariado da IANSA, participou no evento de lançamento da Checklist Global de Monitorização (CGM), um projecto de investigação piloto, liderado pela rede Gender Action for Peace and Security (GAPS), do Reino Unido.

O CGM foi desenvolvido para contribuir para um entendimento internacional sobre os esforços levados a cabo no domínio das mulheres, paz e segurança.

Pretende sublinhar actividades relevantes nesta área protagonizadas por grupos de mulheres, organizações de sociedade civil, governos nacionais e comunidade internacional. Monitoriza a implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 no Afeganistão, República Democrática do Congo, Nepal, Irlanda do Norte e Sri Lanka.

Nounou fez uma apresentação sobre 'Monitorização da implementação da Resolução 1325 na República Democrática do Congo', na qual explicou a falta de implementação efectiva da Resolução a nível local e nacional e deu exemplos da sub-representação feminina nas negociações nacionais de paz, apesar de a Constituição nacional prever a igual representação de homens e mulheres nestes processos.

Referiu-se ainda aos programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) em marcha no país e à falta de consideração prestada às mulheres e raparigas nestes processos.

Notícias da Rede

Do conhecimento à acção: TCA

Depois da formação exclusiva para mulheres, sete participantes estiveram presentes no encontro 'Working towards 2012 United Nations Conference on an Arms Trade Treaty' ['Rumo à Conferência das Nações Unidas sobre o Tratado sobre Comércio de Armas (TCA)], acolhido pelo Centro Regional das Nações Unidas para a Paz e Desarmamento em África (UNREC), IANSA e Oxfam International em Addis Abeba, Etiópia de 5-7 de Dezembro.

Judy Waruhiu fez uma apresentação sobre 'Mulheres, paz e segurança: o papel do TCA', enquanto que outros membros partilharam boas práticas no domínio do lobby e influência política. Todos/as elaboraram ainda planos de acção para os anos 2010-2012, ano no qual terá lugar a conferência das Nações Unidas de negociação do TCA.

Os participantes discutiram elementos substantivos que deveriam ser incluídos no TCA, nomeadamente: as obrigações dos Estados no âmbito da Carta das Nações Unidas e direito internacional humanitário no domínio da prevenção da violência de género, nomeadamente a violência sexual, e a necessidade de garantir que o comércio de armas não mine o desenvolvimento sócio-económico ou envolva corrupção. Este encontro visou igualmente preparar contributos da parte da sociedade civil para a reunião governamental das regiões da África do Sul, Grandes Lagos e Corno de África sobre o TCA, que teve lugar nos dias 10 e 11 de Dezembro, e foi organizada pelo Instituto das Nações Unidas de Investigação para o Desarmamento (UNIDIR).

Como representante da sociedade civil, Judy Waruhiu interveio na sessão inaugural, onde ressaltou o papel da sociedade civil na denúncia de violações ao direito internacional de direitos humanos e na formulação de acordos regionais e instrumentos como a Declaração de Bamako, a Convenção de Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) e as Declarações de Nairobi e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Judy Waruhiu explicou ainda que não existe actualmente nenhum sistema de monitorização e controlo do tráfico de armas e actividades de intermediação de armamento, e que a ausência de leis internacionais que regulem o comércio de armas é o principal factor determinante da presença de armas de pequeno porte e armamento ligeiro em África.



Judy Waruhiu

Enfatizou ainda a necessidade de um TCA que responsabilize os fornecedores de armas pelas transferências de armamento e que garanta que os direitos humanos não sejam violados por essas armas.

OSCE: Mulheres e controlo de armas

Em Outubro de 2009, Vanessa Farr e Sarah Masters, ambas membros da Rede de Mulheres da IANSA, foram convidadas pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) para o Fórum para Cooperação na área da Segurança (Forum for Security Cooperation – FSC), que teve lugar em Viena, Áustria.

Vanessa Farr e Sarah Masters entrevistaram na sessão formal do Fórum para Cooperação na área da Segurança da OSCE e também na mesa redonda sobre a importância do género no desarmamento, referindo-se em particular ao controlo de armas de pequeno porte e armamento ligeiro e às relações entre o controlo de armas e a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325.

Na sua apresentação, Sarah Masters fez algumas recomendações específicas para o trabalho futuro da OSCE relativamente a estratégias de controlo de

armas ligeiras. Entre estas incluíam-se:

1. A incorporação de linguagem sensível às diferenças de género e garantia de participação igual de mulheres nos processos de regulação de armas ligeiras, reconhecendo igualmente a necessidade de programas especiais destinados a homens com o objectivo de apoiar a recusa da violência armada.
2. Os Estados devem tomar medidas concretas para garantir que as mulheres sejam envolvidas em processos de tomada de decisão e outras actividades relacionadas com a elaboração de políticas de segurança ao nível nacional, regional e internacional, incluindo alterações às legislações nacionais sobre uso e porte de armas e processos de desarmamento.
3. A necessidade urgente de ter em conta a dimensão comunitária no Documento da OSCE sobre Armas de Pequeno Porte e Armamento Ligeiro,

sublinhando a importância das iniciativas locais, muitas delas lideradas por mulheres. Os Estados devem promover vozes e soluções locais, apoiando as iniciativas de base de organizações da sociedade civil, especialmente grupos de mulheres.

4. A integração de medidas de prevenção da violência doméstica e familiar armada nas políticas nacionais e regionais de implementação do Documento.



Jamila Seftaoui, OSCE Consultor Sénior para Assuntos de Género

Foco Especial: Os 16 Dias de Activismo Contra a Violência de Género

16 Dias de Activismo contra a Violência de Género

Os 16 dias de Activismo contra a Violência de Género tiveram lugar entre 25 de Novembro e 10 de Dezembro de 2009. A Rede de Mulheres da IANSA organizou actividades em mais de 29 países.

A campanha de 2009 foi um sucesso. A Rede de Mulheres da IANSA apelou aos governos que cumprissem os seus compromissos no sentido de dar voz e proteger as mulheres das armas de fogo, dando seguimento aos propósitos da campanha "Desarmar a Violência Armada".

ÁFRICA

Camarões: Youth and Students Forum for Peace

Costa do Marfim: Mouvement Panafricain de la Jeunesse Feminine pour la Paix

República Democrática do Congo: Media Women for Justice in Congo; SOS Women in Danger; Centre for Justice Studies and Resolution 1325; Centre de Recherches et d'Actions sur la Paix et la Sécurité and the Women's Action Network

Libéria: Liberians United to Expose Hidden Weapons

Malawi: Centre for Conflict Management e Women Development Affairs

Nigéria: Women Information Network

Senegal: Mouvement contre les Armes Légères en Afrique de l'Ouest

Serra Leoa: Action Aid International; Sierra Leone Action Network on Small Arms

África do Sul: Ceasefire Campaign; Tshwaranang Legal Advocacy Centre

Uganda: Joint Christian Council; Centre for Conflict Resolution

AMÉRICAS

Canadá: Project Ploughshares, Universidade de Guelph, associações de mulheres de Guelph, Canadian Coalition for Gun Control e Nobel Women's Initiative

Chile: ISIS International; SERPAJ

Colômbia: Colectivo Mujeres Pazificas; Madres por la Vida; CEPALC; LIMPAL

El Salvador: CEMUJER

Haiti: Organisation de Femmes Pour le Développement de Thomonde

México: Grupo de Mujeres de San Cristóbal de las Casas; Universidade de ITESO

Venezuela: Amnistia Internacional



Colômbia: CEPALC

ÁSIA

Índia: Control Arms Foundation of India; Manipur Women Gun Survivors Network; Research Academy for Rural Enrichment

Nepal: Institute of Human Rights

Communication

Paquistão: AWAZ

Centre for Development Services; Ecumenical Commission for Human Development



Paquistão: Awaz CDS

EUROPA

Macedónia: Journalists for the Rights of Women and Children and Environmental Protection

Portugal: Centro de Estudos Sociais (Núcleo de Estudos para a Paz)

Noruega: Defend International

Suécia: Defend International

Reino Unido: Associate Parliamentary Group on Women, Peace and Security; CARE International; International Rescue Committee; International Alert

MÉDIO ORIENTE

Iraque: Al-Nahrain University; Association of Affected Women; National Association for Human Rights

Líbano: Palestinian Association for Human Rights

Palestina: Defend International

Curdistão: Defend International

Iémen: Defend International

Para mais informações, ver:

<http://www.cwgl.rutgers.edu/16days>



Libéria: Liberians United to Expose Hidden Weapons



Líbano: Defend International

Canadá: 20º aniversário do massacre de Montreal

Durante os 16 dias de ativismo, no dia 6 de Dezembro de 2009, celebrou-se o 20º aniversário do massacre de Montreal, no qual 14 jovens estudantes do sexo feminino foram mortas a tiro e outros 13 estudantes ficaram feridos na Escola Politécnica por um único atirador. Há vinte anos atrás, Nathalie Provost gritou "Nós não somos feministas", antes de Marc Lépine disparar contra ela e outros colegas.

Hoje, a engenheira e mãe de quatro crianças afirma que: "anos depois percebi que tinha sido, desde sempre, uma feminista. Eu era uma mulher estudante de engenharia e mantive a minha cabeça erguida."

Columbine. Dawson College. Virginia Tech. Desde 1989 sucederam tantos massacres em escolas, que nos habituámos de forma preocupante a esta situação. Mas o massacre de Montreal foi diferente. Lépine tinha um alvo específico: mulheres.

O atirador culpou as suas vítimas pelos seus próprios fracassos. O seu bilhete de suicídio listava outras potenciais vítimas: uma política, uma líder sindical, as primeiras mulheres bombeiras e polícia do Quebec, entre outras. No final, decidiu-se por alvos mais fáceis: jovens do sexo feminino da Escola de Engenharia da Universidade de Montréal, que tinham ousado enveredar por carreiras até então tipicamente masculinas.

Em 20 minutos, o atirador atingiu 27 pessoas, na sua maioria mulheres, antes de se matar a si próprio. 14 das vítimas atingidas acabaram por morrer. Todas eram mulheres.

Utilizou uma arma militar semi-automática, que possuía legalmente, apesar do seu historial de comportamento anti-social.

Depois de cometer suicídio, o atirador foi apenas identificado em resultado de buscas a todas os armeiros na zona de



Memorial às vítimas do massacre de Montreal

Montreal, uma vez que à data as armas só eram registadas no momento da venda.

Depois do massacre, a legislação sobre armas de fogo no Canadá foi reforçada em 1991 e 1995, em grande medida em resultado dos esforços liderados pela organização Coalition for Gun Control, que continua a defender a implementação efectiva destas leis.

As alterações à legislação canadiana incluem a proibição de venda civil de armas militares semi-automáticas, o estabelecimento de um sistema de registo centralizado de armas licenciadas (porte e uso) e a monitorização contínua dos civis licenciados, de forma a permitir a retirada de armas a utilizadores instáveis.

Todavia, esta lei sofreu um importante revés recentemente. Em Novembro de 2009, o Parlamento do Canadá votou no sentido de abolir o registo de armas de fogo. A votação final ainda está pendente. Sem o sistema centralizado de registo, seria impossível traçar a arma ao seu utilizador/portador original.

A maioria das mulheres assassinadas são vítimas de companheiros, maridos, namorados (actuais ou antigos). Muitas são mortas na sequência de uma discussão. Desde a criação deste sistema de registo nacional, o número de mulheres mortas por shotguns tem diminuído todos os anos. Esta é, portanto, uma questão feminista.

Retirado de 'Lessons of the Montreal Massacre', por Catherine Porter, *The Toronto Star*, 5 de Dezembro de 2009.



Geneviève Bergeron
November 26th 1968
December 6th 1989



Anne-Marie Édouard
October 25th 1968
December 6th 1989



Annie Turcotte
March 1st 1969
December 6th 1989



Nathalie Croteau
September 25th 1966
December 6th 1989



Sonia Pelletier
August 19th 1961
December 6th 1989



Barbara Maria Klucznik
October 19th 1958
December 6th 1989



Hélène Colgan
July 20th 1966
December 6th 1989



Anne-Marie Lemay
June 25th 1967
December 6th 1989



Maryse Laganière
April 9th 1964
December 6th 1989



Barbara Daigneault
March 2nd 1967
December 6th 1989



Maud Haviernick
February 20th 1960
December 6th 1989



Michèle Richard
May 5th 1968
December 6th 1989



Annie St-Arnauld
March 1st 1966
December 6th 1989

1325 e 1820: Indicadores

Membros da Rede de Mulheres da IANSA da Argentina, República Democrática do Congo, Gana, Nepal, Filipinas, Serra Leoa, Espanha e Uganda participaram na conferência internacional sobre a Resolução do Conselho de Segurança 1325. A Conferência 'Transformar a política em prática: Monitorização da Implementação da das Resoluções do Conselho de Segurança 1325 e 1820' foi organizada pela organização não governamental norueguesa FOKUS, pela UN-INSTRAW e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros norueguês, nos dias 11-13 de Novembro de 2009.

Como é sabido, o principal objectivo da Resolução 1325 é garantir a igualdade de género e contribuir para a paz e segurança sustentáveis.

A Resolução 1325 pode ser usada para apoiar o trabalho sobre controlo de armas ligeiras, em particular através dos apelos feitos pela Resolução para aumentar a participação de mulheres nos processos de tomada de decisão; apoiar as iniciativas locais lideradas por mulheres no campo do controlo de armas ligeiras; e erradicar as violações aos direitos humanos das mulheres, incluindo a violência de género; e instar a inclusão das mulheres nos programas de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração.

Os participantes sugeriram recursos, desafios e capacidades específicas que possam contribuir para melhorar a implementação das resoluções no terreno. No debate foram identificadas como principais necessidades:

- 1) A melhoria do trabalho em rede e mecanismos de partilha de informações;
- 2) Uma maior ênfase à construção de capacidades sobre reporting ao nível da nacional;
- 3) Inclusão da dimensão de género de forma transversal e multi-sectorial.

O relatório da Conferência estará disponível em: www.un-instraw.org

África do Sul: Desarmar a violência doméstica

No passado mês de Outubro de 2009, a Rede de Mulheres da IANSA do Centro de Apoio Legal Tshwaranang (TLAC) e da organização Ceasefire Campaign entregaram uma petição conjunta no Parlamento sul africano reivindicando a implementação da lei sobre violência doméstica no que diz respeito às armas de fogo.

A lei sul africana sobre violência doméstica (Lei 116, de 1998) é tida como uma das legislações mais progressistas a nível internacional. Na esperança de reforçar as medidas de resposta à violência doméstica por parte do Estado e da sociedade civil, o Parlamento sul africano apelou ao envio de petições sobre a implementação da Lei.

A lei sobre uso e porte de armas de fogo, de 2000, prevê a recusa de atribuição de licença de uso e porte de arma a pessoas com historial de violência doméstica, enquanto que a lei sobre violência doméstica inclui disposições para a apreensão e suspensão de licença de armas na sequência da emissão de medidas de protecção em caso de violência doméstica. Apesar dos dois regimes jurídicos se complementarem, muito permanece por fazer. Ambas as leis têm de ser implementadas de forma correcta e eficaz, de forma a garantir a

remoção imediata das armas em caso de violência doméstica. Entre as recomendações endereçadas ao Parlamento, incluem-se:

- A elaboração de directrizes mais claras para a polícia, nomeadamente sobre como e quando proceder a prisão em caso de incidente de violência doméstica. Recomenda-se que as forças policiais interroguem as testemunhas do caso no local e façam buscas no sentido de encontrar e apreender a arma, independentemente do estado do/a alegado/a agressor/a ou da existência ou não de um historial de ameaças com armas;
- A alteração da Secção 3 da lei sobre violência doméstica, tornando obrigatória a prisão do/a agressor/a em caso de violência doméstica, em vez de deixar a decisão de prisão à responsabilidade dos/as agentes policiais;
- A emenda do auto de notícia, de forma a incluir mais questões relativas à presença de armas; a transferência de responsabilidades em relação ao pedido de remoção de armas do queixoso para a polícia; e a clarificação da disposição que prevê a remoção de armas em caso de violência doméstica, especificando que a apreensão deve ser feita imediatamente e não à data de emissão da ordem de protecção final.

Anúncios

Comissão sobre o Estatuto das Mulheres

Este ano, a Comissão sobre o Estatuto das Mulheres (1-12 de Março de 2010) examinará a implementação da Declaração e Plano de Acção de Pequim, bem como o resultado da 23ª sessão especial da Assembleia Geral. A Rede de Mulheres da IANSA cruzará a temática do controlo de armas de pequeno porte com a Plataforma de Acção e Declaração de Pequim através dos seguintes temas transversais: violências contra mulheres; mulheres e conflitos armados; mulheres em órgãos de poder e processos de tomada de decisão; e direitos humanos das mulheres.

Antes da CEM, nos dias 27 e 28 de Fevereiro de 2010, o Fórum Global de ONG de Mulheres Pequim +15 levará a cabo uma avaliação dos 15 anos do Plano de Acção de Pequim. Estará presente na CEM ou no Fórum Global de ONG de mulheres? Se sim, gostaria de entrar em contacto com outros membros da Rede de Mulheres da IANSA e participar num evento paralelo? No caso de estar presente e desejar participar nas actividades da Rede, informe-nos, por favor, acerca da sua disponibilidade e dados de contacto.

Eventos

Seminário sobre a Resolução das Nações Unidas 1325: O papel das mulheres na construção da paz

2 de Fevereiro de 2010: Madrid, Espanha

Organizado pelo CEIPAZ (Fundación Cultura de Paz) e pela Embaixada Suíça em Espanha com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional, este seminário pretende debater as boas práticas e desafios que se colocam à implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 (2000). Serão analisadas as experiências espanhola e suíça na implementação de Planos Nacionais de Acção, bem como exemplos de boas práticas neste domínio. Será elaborado um documento síntese, composto por recomendações específicas, tendo em vista apoiar a realização de uma conferência ministerial sobre a Resolução 1325, a ter lugar em Outubro de 2010.
www.ceipaz.org

Rumo a um Tratado sobre Comércio de Armas em 2012

10-11 de Fevereiro de 2010: Viena, Áustria

Este workshop é uma oportunidade para aprender mais sobre o Tratado sobre Comércio de Armas (TCA) e sobre os debates no seio das Nações Unidas, partilhar experiências com outras organizações da sociedade civil

de diferentes regiões do mundo e desenvolver estratégias de activismo e lobby para a aprovação de TCA na conferência negociada das Nações Unidas em 2012.

Para mais informações:
attvienna@iansa.org

Mão Vermelha contra as crianças soldado

12 de Fevereiro de 2010: Internacional
O objectivo do Dia da Mão Vermelha é sensibilizar a opinião pública para o problema das crianças soldado através de protestos, manifestações, entre outros. O símbolo da mão vermelha tem sido usado em todo o mundo pela Coligação Stop the Use of Child Soldiers [Coligação contra o uso de Crianças Soldado] e por muitas outras organizações da sociedade civil que se opõem à utilização de crianças soldado.
www.redhandday.org

Fórum Global de ONG de Mulheres: Pequim+15

27-28 de Fevereiro de 2010: Nova Iorque, Estados Unidos da América
Este Fórum precede a 54ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto das Mulheres. O programa do Fórum inclui dois dias de conferências, constituídas por sessões plenárias, painéis temáticos e workshops.
www.ngocsw.org/en/events/2010-forum

54ª sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres

1-12 de Março de 2010: Sede da Organização das Nações Unidas, Nova Iorque, Estados Unidos da América

Revisão e avaliação da implementação da Declaração de Pequim e Plataforma de Acção e resultado da 23ª sessão especial da Assembleia Geral. A Rede de Mulheres da IANSA cruzará os seguintes temas com a temática do controlo de armas de pequeno porte e ligeiras: mulheres e conflito armado; mulheres em lugares de poder e tomada de decisão; e direitos humanos das mulheres (entre outros).

www.un.org/womenwatch/daw/csw/

Dia Internacional da Mulher

8 de Março de 2010: Internacional
Todos os anos, centenas de eventos sobre o Dia Internacional da Mulher têm lugar em todo o mundo. Os eventos variam entre encontros informais e iniciativas de alto nível. Trata-se de um dos dias mais importantes de celebração global dos progressos passados e presentes das mulheres nas esferas económica, política e social. O tema do Dia Internacional da Mulher 2010 é 'Direitos iguais, oportunidades iguais: Progresso para tod@s.'
www.internationalwomensday.com

Recursos

Género e Sistemas de Alerta Precoce – Uma introdução

Gabinete da OSCE para as Instituições Democráticas e Direitos Humanos (ODIHR), 2009

Fornecer guias e pistas de integração das dimensões de género nos sistemas de alerta precoce. Inclui uma introdução sobre género e sistemas de alerta precoce; indicadores de género de alerta precoce; e actores envolvidos em sistemas de alerta precoce, com um enfoque na monitorização de crises e recolha de dados.

www.osce.org/publications/odihr/2009/1/41377_1387_en.pdf

Deslocados internos em contextos de conflito armado – enfrentar os desafios

ICRC – Comité Internacional da Cruz Vermelha

Este relatório examina as questões-chave da protecção e assistência a pessoas deslocadas, em particular a prevenção do deslocamento. Os deslocados internos, especialmente as mulheres e raparigas, estão particularmente vulneráveis à violência sexual. Este relatório inclui múltiplas dimensões de género.

[www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/html/all/p1014/\\$File/ICRC_002_4014.PDF](http://www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/html/all/p1014/$File/ICRC_002_4014.PDF)

Jornalismo e violência de género: um manual para jornalistas

Inter Press Service (IPS) África

Este manual debruça-se sobre questões relacionadas com a violência de género, incluindo práticas tradicionais e/ou religiosas nefastas, violência doméstica, violência sexual, femicídio, trabalho sexual e tráfico, assédio sexual, conflitos armados, HIV e Sida, abuso infantil, papéis desempenhados pelos homens, sistema penal, bem como os custos da violência de género. Está disponível em inglês e francês.

www.ips.org/mdg3/GBV_Africa_LOWRES.pdf

'Armas de pequeno porte e armamento ligeiro': IPI Blue Paper nº 5, Grupo de trabalho sobre Reforço Multilateral das Capacidades de Segurança

International Peace Institute (IPS), 2009

Este estudo analisa o tipo de acções a levar a cabo tendo em vista reduzir a proliferação e uso de armas de pequeno porte e armamento ligeiro. Defende a necessidade de uma resposta mais estratégica por parte das organizações multilaterais, bem como

de uma abordagem prática de criação de normas.

www.ipacademy.org/media/pdf/publications/salw_epub.pdf

Relator Especial das Nações Unidas sobre Violência Contra as Mulheres: 15 Anos Depois

Organização das Nações Unidas, 2009

Foi publicado um relatório revendo o trabalho do Relator Especial das Nações Unidas sobre a Violência Contra as Mulheres desde a criação deste posto e analisando, em termos globais, as causas e consequências da violência contra as mulheres.

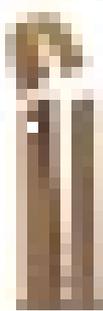
www.stopvaw.org/United_Nations_Special_Rapporteur_on_Violence_Against_Women_15_Years_Later.html

OMS: Relatório sobre Igualdade de género e prevenção da violência

Organização Mundial de Saúde, 2009

Relatório sobre a importância de promover a igualdade de género enquanto meio de prevenir a violência.

www.stopvaw.org/WHO_Briefing_on_Gender_Equality_to_Prevent_Violence.html



iansa

Rede Internacional de Mulheres para a Prevenção da Violência Armada

Nos agradecemos o governo da Noruega pelo seu apoio

IANSA, Development House, 56-64 Leonard Street, London, EC2A 4LT, UK
Tel.: +44 20 7065 0876 Fax: +44 20 7065 0871 E: women@iansa.org W: www.iansa.org/women